

Textos

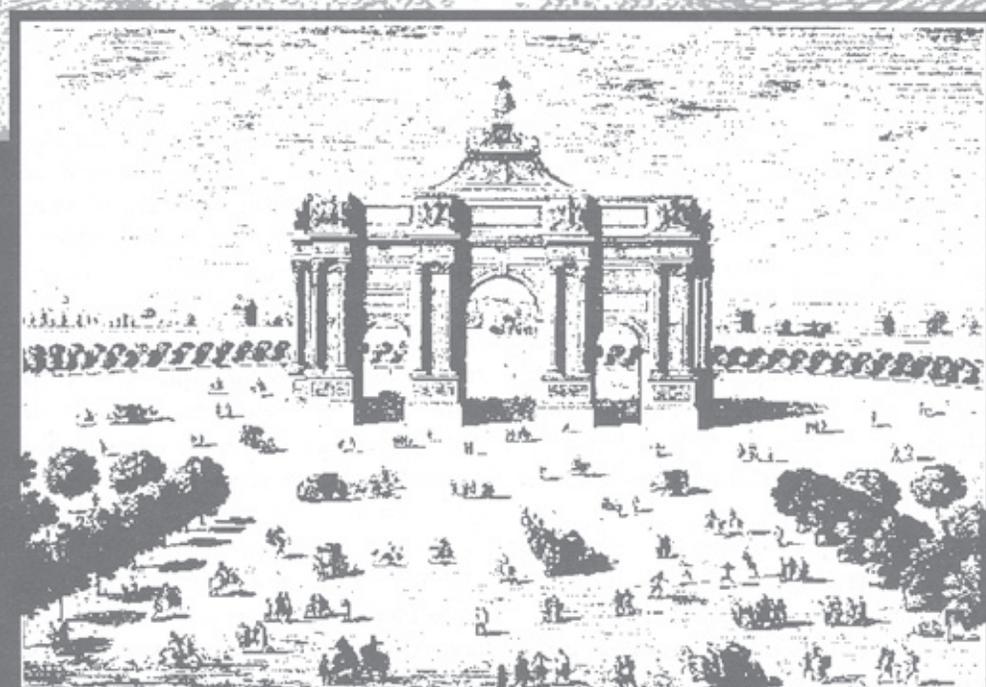
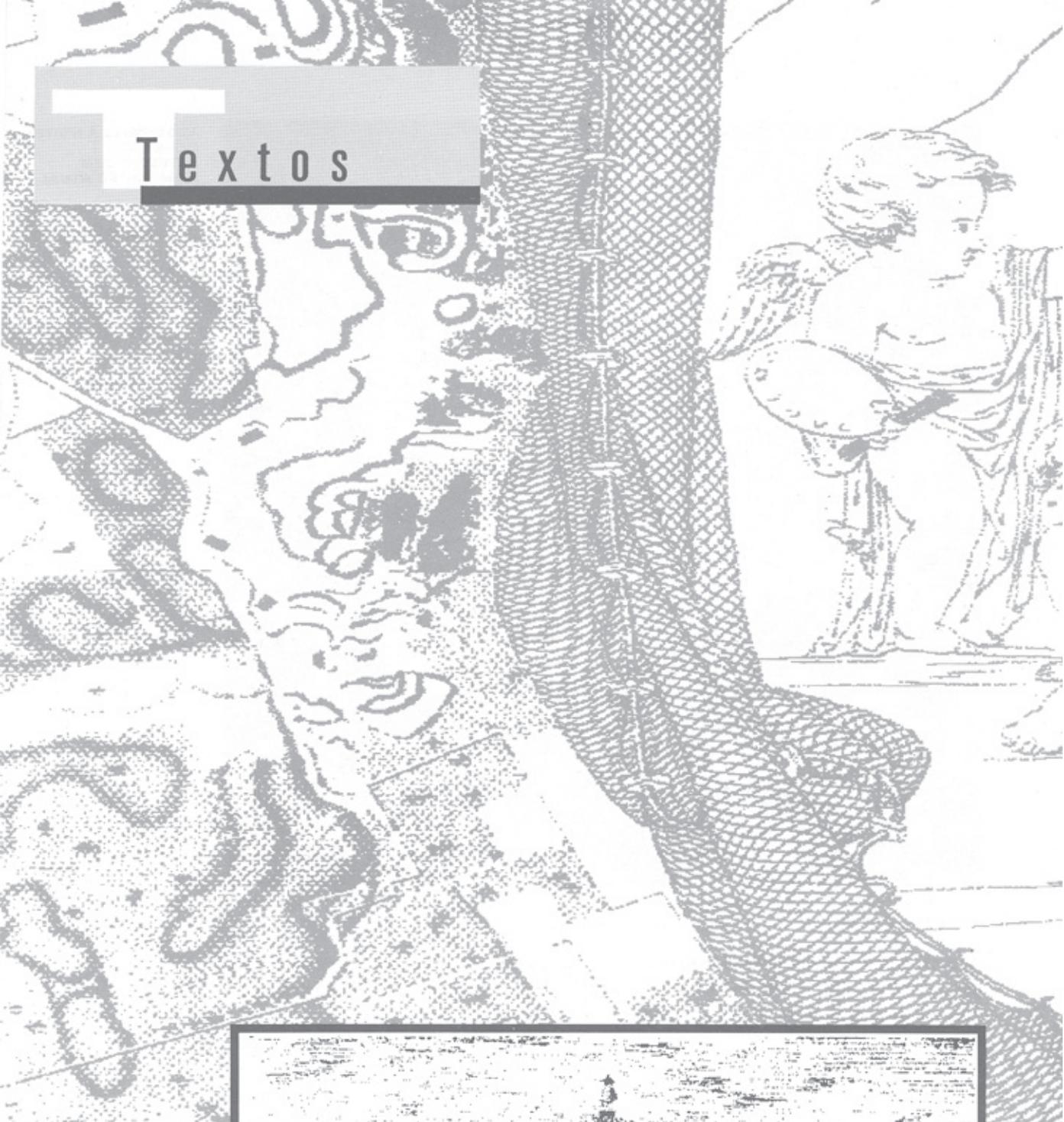


ILUSTRAÇÃO DE FUNDO: ATLAS NACIONAL DE LA VILLE DE PARIS, 1796; NO DESTAQUE, O ARCO DO TRIUNFO DA PRAÇA DO TRONO, CUJO ENTORNO FOI DESTRUÍDO EM 1716



SERGIO PAULO ROUANET

A Cidade Iluminista

I Em textos anteriores (ver, sobretudo, “Mal-estar na Modernidade”) tenho trabalhado com um conceito de Iluminismo segundo o qual ele seria ou uma construção ideal, no sentido weberiano, ou um modelo de sociedade, ou uma concepção do mundo, tendo como conteúdo principal a noção de autonomia, em suas diferentes articulações - autonomia política, econômica e cultural.

Estudar a “cidade iluminista”, portanto, significa, à primeira vista, investigar a correlação entre a cidade e o Iluminismo como concepção do mundo.

SERGIO PAULO ROUANET, ex-secretário nacional da Cultura, é diplomata e ensaísta, autor de, entre outros livros, *As Razões do Iluminismo* (Companhia das Letras).

Um exercício desse gênero teria precedentes.

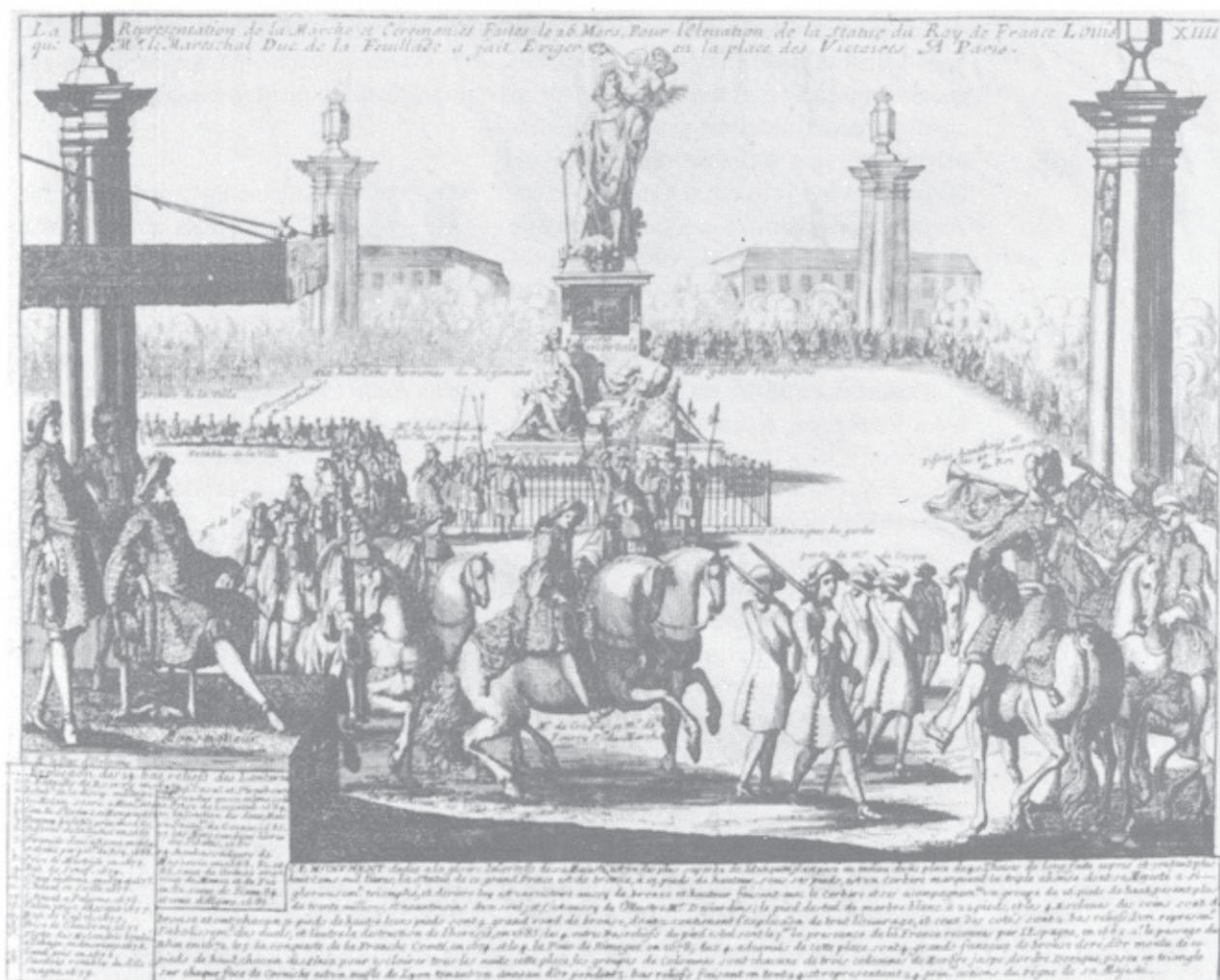
Muitas cidades e projetos derivam diretamente de concepções do mundo. A visão religiosa do mundo se refletia no lugar central que a Idade Média reservava à catedral. O absolutismo político se manifestava no plano radiocêntrico da cidade barroca, em que todas as linhas convergiam para o palácio do príncipe. No Brasil colonial tivemos cidades totalmente planejadas, as reduções jesuíticas, que obedeciam a uma ideologia teocrática, revelada no fato de que as ruas em que se situavam as habitações coletivas dos indígenas, dispostas em ângulo reto segundo as ordenações espanholas de 1573, desembocavam numa praça em que se localizavam a igreja e o colégio dos jesuítas. Brasília traduz uma certa visão da democracia, em que esta é mais evidente nas instituições que exercem os poderes do Estado que no povo como lugar da soberania, e uma ideologia econômica, baseada no automóvel enquanto peça fundamental da política de industrialização adotada por JK.

O vínculo com uma concepção do mundo é especialmente forte no caso das cidades ideais e utópicas. A partir de uma concepção do mundo de caráter religioso, o urbanista projeta, digamos, uma cidade circular, pois segundo o cristianismo medieval o círculo era uma figura divina, como se vê em certas iluminuras da Idade Média, em que Deus é representado criando o mundo com um compasso. Uma concepção do mundo de caráter coletivista e comunista está na origem de certos projetos, como a Icaria, de Cabet, rigorosamente igualitária, razão pela qual todas as suas cidades são em tabuleiro de xadrez e todas as ruas e casas são idênticas. Arquitetos impregnados da ideologia pré-romântica da autenticidade e da transparência imaginavam cidades povoadas de edifícios "falantes", que diziam, alegoricamente, o que eram e para que serviam, como foi feito pelos chamados arquitetos revolucionários, Boullé, Ledoux, Lequeu. Este projetou um estábulo em forma de uma vaca monumental e até edifícios "odorantes", como um pavilhão de caça construído com uma pedra sulfurosa que devidamente esfregada emitiria um cheiro de urina de gato. Dentro do mesmo espírito de transparência, Ledoux projetou em sua cidade ideal, nas salinas de Chaux, um prostíbulo com um plano escan-

dalosamente fálico. Poucos urbanistas se inspiraram tão diretamente como Ledoux numa concepção do mundo. Sua cidade está cheia de edifícios puramente rousseauístas, dedicados ao culto da vida bucólica e das virtudes comunitárias. O socialismo utópico foi fértil em projetos de urbanismo, dos quais o mais conhecido é o falanstério, inspirado em Fourier. Um discípulo de Fourier imaginou uma nova Paris, cidade-mulher cujos cabelos são árvores, cuja coxa direita contém fábricas, cuja coxa esquerda abriga hotéis, que tem entre os joelhos uma cavaliária em forma de elipse e entre as pernas um imenso hipódromo.

Por que sorrimos hoje de todos esses projetos? Sem dúvida, porque eles envelheceram. Mas não envelheceram por se vincularem a uma concepção do mundo, já que bem ou mal esta manteve sua vigência: afinal, tanto o rousseauísmo como o socialismo sobreviveram aos arquitetos que se inspiraram neles. Envelheceram porque seu vínculo com a concepção do mundo se deu de uma forma equivocada. O arquiteto foi buscar, na concepção do mundo, não certos princípios permanentes, que resistissem a todos os modismos, mas formas específicas de atualização desses princípios - temas, programas, metáforas em voga, fantasias dominantes - que são efêmeras por natureza e variam de época para época. Baseando-se nessas formas, a imaginação urbanística corre o risco de produzir criações perecíveis, corpos que perdem a alma quando os conteúdos culturais correspondentes se tornam obsoletos.

É o que aconteceria se quiséssemos estabelecer uma relação de correspondência imediata entre a cidade e o Iluminismo enquanto concepção do mundo. Sabemos que o Iluminismo visa a autonomia humana, em todas as suas dimensões. Suponhamos que num momento de delírio alguém me encarregue de remanejar a cidade de Brasília para que ela reflita em seu tecido urbano o ideal da autonomia. Não terei alternativa, para realizar essa tarefa, senão recorrer a determinadas interpretações subjetivas desse ideal, que serão necessariamente condicionadas pelas idéias que circulam em minha época, em minha cultura, em meu ambiente intelectual. Assim, digamos que sob o efeito dessas influências eu considere que a autonomia política só possa se realizar através da



participação cívica em assembléias populares. Deveria eu, em consequência, dinamitar o Palácio do Planalto, o Congresso e o Supremo, para que a Praça dos Três Poderes se convertesse numa espécie de ágora ateniense, em que o povo se reunisse no exercício da democracia direta? Digamos também que para mim a autonomia econômica só possa ser alcançada pela reforma agrária. Estaria eu justificado, para isso, em recomendar que o Setor Bancário Sul fosse arrasado e repartido irmanamente em parcelas idênticas, em que famílias candangas plantassem soja e rezassem piedosamente ao pôr-do-sol, como no *Angelus* de Millet? Finalmente, imaginemos que em meu racionalismo empedernido eu ache que a autonomia cultural só pode ser obtida pela extinção do sagrado. Deveria eu, conseqüentemente, tirar os anjos suspensos na nave da catedral, substituindo-os por corujas empalhadas, para simbolizar com isso a razão leiga do Iluminismo? Não sei se me engano, mas tenho a impressão de que esses

projetos não contariam com a simpatia dos meus amigos Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Não obstante, não há por que renunciar ao objetivo de estabelecer um nexo entre o Iluminismo e a cidade. Apenas, ele deve não ser buscado diretamente na concepção do mundo, e sim numa instância intermediária, que guarde com a concepção do mundo uma relação de correspondência, mas não se confunda com ela. Penso num elenco de princípios diretores, que constituam por assim dizer uma “tradução” para o universo do urbanismo da idéia iluminista. Se eles existissem, o urbanista poderia conciliar sua fidelidade a certos valores com uma considerável liberdade de criação. Reconhecendo a validade de tais princípios, o urbanista seria eticamente responsável. Mas estando sujeito apenas a esses princípios, cujo caráter é basicamente formal, não se sentiria obrigado a transformar os conteúdos de sua concepção do mundo em estruturas urbanas. Sob a condição única de que os princípios fossem respeitados, ele estaria livre para criar

INAUGURAÇÃO DA PRAÇA DAS VITÓRIAS, EM 26 DE MARÇO DE 1686

de acordo com seu próprio estilo e com as linguagens estéticas do seu tempo. Essas linguagens mudam e portanto os mesmos princípios poderiam atualizar-se em realizações urbanísticas que variassem de época para época. Mas as obras em si não envelheceriam, no sentido em que podemos dizer que os projetos de Ledoux envelheceram, porque teriam sido produzidas segundo princípios que não perderam sua validade.

Mas como encontrar esses princípios?

Poderíamos, talvez, extraí-los da própria idéia iluminista. A partir do conceito de autonomia, que constitui o núcleo dessa idéia, construiríamos um conjunto de diretrizes aplicáveis especificamente ao tema da cidade.

Mas creio que estaríamos em terreno mais sólido se substituíssemos esse critério dedutivo, em que os princípios já estão contidos, tautologicamente, na própria idéia iluminista, por um critério indutivo, que permitisse a emergência de princípios verdadeiramente novos, a partir dos processos históricos reais que contribuíram para a formação dessa idéia.

A Ilustração é o mais importante desses processos históricos. Sem entrar a fundo na distinção capital, que já discuti exaustivamente em outros trabalhos, entre o Iluminismo como idéia e a Ilustração como configuração empírica (utilizada em parte para a estruturação dessa idéia), basta lembrar aqui que a Ilustração, compreendida como o movimento cristalizado no século XVIII em torno dos chamados filósofos enciclopedistas, teve influência decisiva no destino do Ocidente. Quase todos os seus temas e valores foram usados para a construção da nossa modernidade. Seus ideais de liberdade e democracia foram apropriados pelo liberalismo, seus motivos igualitários pelo socialismo, seu culto da natureza pelo movimento ecologista.

Mas essas apropriações sucessivas não exauriram o potencial da Ilustração. Podemos ainda obter dela ensinamentos relevantes para o presente, desde que saibamos como proceder. Temos que interrogá-la com astúcia, sem pedir respostas a problemas específicos, porque as respostas que ela pode dar se tornaram irremediavelmente caducas, mas escavando seu subsolo, procurando a lógica subjacente a seus enunciados, exumando os fundamentos pré-teóricos so-

bre os quais ela articulava suas percepções.

É nesse substrato que vamos procurar os princípios diretores do urbanismo iluminista.

Il documento básico, como cada vez que se trata de entender o pensamento da Ilustração, é a *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert.

O verbete "Cidade" aparece na *Encyclopédie* em três contextos diferentes: do ponto de vista urbanístico e arquitetônico, do ponto de vista histórico e do ponto de vista jurídico. Quanto a este último, o texto se limita a uma enumeração dos diferentes tipos de cidade existentes na época, à luz do direito público (cidades imperiais, episcopais, hanseáticas, etc.). Mas os dois primeiros pontos de vista são especialmente interessantes.

Do primeiro ponto de vista - arquitetônico e urbanístico - o verbete começa com uma definição, ou antes, curiosamente, com duas, como se o enciclopedista estivesse tentando se assegurar, por ensaio e erro, do sentido da palavra, por aproximações sucessivas. "A cidade", diz ele, "é um conjunto de várias casas dispostas ao longo de ruas e fechadas por uma clausura comum, que consta em geral de muros e fossos". Mas o autor pensa melhor e tenta de novo: "Para defini-la mais exatamente, é um recinto fechado por muralhas, que encerra vários quarteirões de ruas, praças públicas e outros edifícios".

Depois das definições, vêm prescrições normativas, relacionadas com a beleza e com a utilidade.

O enciclopedista é totalmente dogmático com relação à *ars poetica* do urbanismo. Para que uma cidade seja bela, diz ele, é preciso que as principais ruas conduzam às portas; que as ruas sejam perpendiculares umas às outras, de modo que os cantos das casas sejam em ângulo reto; que elas tenham 8 toesas de largura e 4 para as pequenas ruas; que a distância entre duas ruas paralelas seja tal que haja espaço para duas casas, uma dando vista para uma rua e outra para a rua oposta; que cada casa tenha de 5 a 6 toesas de largura e 7 a 8 de profundidade, com um pátio do mesmo tamanho, o que dá 32 a 33 toesas como distância de uma rua a outra; e que no encontro das principais ruas haja praças,

decoradas com fontes e estátuas, e cercadas com palácios de fachada uniforme. Se além de tudo isso as casas forem bem construídas, diz o autor complacientemente, não haverá mais nada a desejar.

Os preceitos com relação à utilidade vêm a propósito do urbanismo militar. Cumpre escolher um lugar elevado, para evitar os nevoeiros; construídas as muralhas, devem-se traçar ruas bem alinhadas; é preciso escolher judiciosamente a praça principal, onde se localizam os edifícios públicos, inclusive a sede da administração, a prisão, o erário, o templo, e sempre levando em conta "*l'utilité et la commodité du public*" - por exemplo, se a cidade é um porto marítimo, essa praça deve ser próxima do mar e deve, além disso, ser proporcional ao tamanho da população; o teatro, edificado num lugar sadio, não deve ser muito alto, para que "a voz não se perca", e deve ter muitas entradas e saídas. Essa arte do útil é menos peremptória que a arte do belo, mas mesmo assim certas regras são de rigor: é preciso que a largura da praça corresponda a dois terços do comprimento e que as igrejas tenham o altar voltado para o oriente.

Em seguida, o verbete passa ao segundo ponto de vista, de caráter histórico. Trata-se, agora, da fundação das cidades. Aqui a *Encyclopédie* menciona as cidades fundadas pelos gregos, como Alexandria, e estende-se longamente sobre a fundação de Roma, realizada segundo rituais etruscos - a consulta aos deuses, para determinar o local e o dia da fundação; o hábito de fazer os futuros habitantes da cidade pularem uma fogueira, para com isso se purificarem; a construção de uma fossa, em que todos jogavam torrões de sua terra natal, mostrando com isso que queriam formar um só povo; o sulco, inviolável, destinado a delimitar o recinto da cidade, traçado com uma charrua, puxada por dois animais brancos, simbolizando a pureza, uma vaca, representando a mulher e voltada para dentro da cidade, e um touro, representando o homem e voltado para o exterior; o cuidado em trazer para dentro do recinto os pedaços de terra arrancados pela charrua, exprimindo com isso uma política de reservar todos os bens para os cidadãos e de recusá-los aos estrangeiros; a prática de erguer o arado, para interromper o traçado do sulco, a fim de deixar lugar para a construção de portas, razão

pela qual as portas, ao contrário das muralhas, não eram sagradas; o traçado das ruas de modo retilíneo, com cordel, o que os romanos chamavam "*degrumare vias*"; a construção de uma praça central, à qual conduziam todas as ruas; a comemoração solene da data da fundação da cidade. O verbete se refere em seguida ao assassinato de Remo, que segundo a versão tradicional teria cometido um sacrilégio ao pular o sulco, mas diz, ceticamente, que, ao eliminar o irmão, Rômulo estava apenas querendo afastar um rival na luta pelo poder. Aliás, todo o verbete é escrito com a preocupação de separar o mito e a verdade histórica, evitando as crenças dos antigos, para os quais Corinto teria sido construída pelos ciclopes e fora a lira de Anfíon que movera as pedras para a edificação de Tebas.

"Teríamos preferido simples verdades às narrativas maravilhosas que os poetas difundiram a esse respeito... Nós deixamos de lado esse maravilhoso que caracteriza a poesia, e procuramos simplesmente nos historiadores quais eram as cerimônias que a religião e a política introduziram entre os romanos, quando lançavam os fundamentos de suas cidades".

Se mencionei tão detalhadamente o verbete da *Encyclopédie*, é que salvo engano ele permite chegar aos fundamentos invisíveis sobre os quais se erige a reflexão urbanística da Ilustração. Num jogo de palavras fácil, são os "alicerces" da cidade ilustrada. Mas os alicerces não aparecem sob a forma de teses e sim de relações polares, que estabelecem os limites entre os quais se move essa reflexão.

A primeira polaridade é a relação abertura-clausura. São duas atitudes possíveis no que diz respeito ao nexos entre a cidade e o que lhe é exterior - entre a cidade e o território circundante, entre a cidade e a natureza. Há uma tensão entre as duas atitudes, que surge, na *Encyclopédie*, quando se trata de definir a cidade. A hesitação do enciclopedista, que se desloca de uma definição para outra como se a segunda fosse apenas uma explicitação da primeira, é na verdade o índice de uma ambivalência objetiva. Pois de fato são duas definições opostas. Pela primeira, a cidade é um aglomera-

do de casas, que só mais tarde são cercadas por fossos ou muralhas. Para a segunda, é um recinto, dentro do qual existem casas e monumentos. Para a primeira definição, inicialmente vêm as casas, e as muralhas são limites posteriores, cuja única função parece ser classificatória, diferenciando logicamente um conjunto de casas (Paris) de outro conjunto de casas (Orléans). Para a segunda, ao contrário, as muralhas vêm no início, e traçam um recinto, dentro do qual são construídos os prédios. Para ela, o que importa é fixar a divisa entre o exterior e o interior. Já para a primeira definição, os limites são elásticos, móveis, extensíveis: o que importa são as casas, cuja multiplicação está sujeita a uma dinâmica própria, irresistível, diante da qual as muralhas são limites frágeis.

A segunda polaridade é a relação individual-coletivo. O verbete é atravessado por uma clara tensão entre esses dois pólos. De um lado, os interesses individuais de uma burguesia que queria impor seu próprio estilo (o texto fala de *maisons bourgeoises*) e de outro a conveniência pública, expressa em equipamentos coletivos como praças e teatros, em normas regulamentando os gabaritos e a largura das ruas. De novo, as duas definições de cidade são instrutivas. A primeira, nominalista, acentua o individual: o que importa são os átomos urbanos, as unidades de habitação, e a cidade não é mais que o agregado mecânico dessas unidades. A segunda, holista, aponta para o coletivo: a primazia cabe ao todo orgânico gerado pela linha demarcadora.

A terceira polaridade é a relação entre o estético e o utilitário. Em tese, a *Encyclopédie* parece aderir a Alberti, o grande arquiteto da Renascença, que em sua *De re aedificatoria* indicara as duas qualidades essenciais a qualquer cidade: a *voluptas* e a *commoditas*. Também para a *Encyclopédie*, as cidades precisam ser belas - a *voluptas* - e para isso as ruas têm que ser traçadas segundo um plano ortogonal e as praças têm que ser ladeadas por palácios simétricos, segundo proporções imutáveis. E precisam levar em conta a utilidade do público - a *commoditas* -, por isso, o tamanho das praças tem que ser proporcional ao da população, e os teatros devem ter uma boa acústica e oferecer o máximo de segurança aos espectadores. Mas também aqui há uma ten-

são latente. O critério estético pode estar em contradição com o da utilidade. No texto, a dissociação entre os dois critérios é representada pelo fato de que cada um é ilustrado por um tipo diferente de cidade: na cidade residencial, só existe o critério estético - regras para que ela seja bela - enquanto o critério utilitário é reservado exclusivamente para as cidades militares.

Enfim, a quarta e última polaridade é a relação entre o novo e o antigo. Aqui a tensão se revela na separação nítida entre a primeira e a segunda parte do verbete. A primeira parte dá a palavra à razão, que lida com as definições, essências incorruptíveis além de todas as vicissitudes temporais, e com as proporções matemáticas, inalteráveis através dos séculos. Na segunda parte, entra em cena a história, que o enciclopedista trata como um observador desabusado, como um cético da idade da razão, que faz questão de separar a verdade da fábula. Agora ele descreve as superstições dos antigos, seus bárbaros ritos de fundação. O antigo é o domínio do irracional - as ruas tortuosas, as fachadas irregulares - ao passo que o novo é o domínio da razão, que ignora o peso morto da tradição e constrói, *ex nihilo*, a cidade geométrica.

III Essa arqueologia das Luzes vai nos fornecer os princípios diretores que buscávamos. Eles se articulam em torno das polaridades da Ilustração, transformadas em normas de ação urbanística.

Mas na *Encyclopédie* as polaridades estão minadas por um desejo latente de autodissolução. O enciclopedista convive mal com o conflito. Acha-o penoso e por isso quer eliminá-lo, escolhendo um dos pólos.

É preciso, em vez disso, fundar os princípios diretores na própria existência da contradição. Ela não é uma imperfeição teórica, mas uma exigência metodológica. Não se trata de exorcizar o mal-estar e sim transformá-la na força motriz de uma consciência crítica. Não se trata de optar por um pólo em detrimento do seu contrário, mas de defendê-los, simultaneamente, *enquanto* contrários, propugnando, com igual força e ao mesmo tempo, os valores da abertura e

da clausura, do individual e do coletivo, do estético e do utilitário, do novo e da tradição. Nenhum pólo pode ser descartado em benefício do outro. Em cada uma de suas decisões, o urbanista deve buscar o mais completo equilíbrio possível entre os extremos, sem ignorar nenhum e sem privilegiar nenhum.

Mas só estaremos autorizados a ver nesses preceitos os princípios diretores da cidade iluminista se nos assegurarmos de que além de serem o substrato pré-teórico do urbanismo da Ilustração, eles mantêm um nexos com o Iluminismo enquanto concepção do mundo.

Esse nexos salta aos olhos. A autonomia, cerne da concepção do mundo do Iluminismo, se realiza através de uma estrutura de direitos: direitos formais e materiais à autodeterminação política, econômica, intelectual, estética. Ora, as diversas polaridades configuram um sistema completo de direitos. São o direito à vida urbana e à natureza, o direito à individualidade e à ação coletiva, o direito à beleza e à utilidade, o direito à inovação e à memória. Realizados, esses direitos geram uma forma específica de autonomia, a autonomia urbana, a autonomia do homem na cidade, do homem da cidade. É uma versão "regional" da autonomia iluminista, a ser alcançada segundo princípios válidos no espaço da cidade.

Desse modo, as diferentes polaridades, obtidas por uma interrogação imanente do discurso urbanístico da Ilustração, acabam convergindo, *a posteriori*, para a idéia iluminista. Em vez da derivação "por cima" - produção dos princípios a partir da idéia iluminista -, recorreremos à derivação "por baixo" - produção desses princípios a partir do discurso ilustrado - e chegamos, no final, ao mesmo resultado: os princípios remetem à concepção do mundo do Iluminismo, no que diz respeito à cidade, se exprime nos princípios. Não há nada de sobrenatural nessa convergência, pois se a Ilustração foi parcialmente usada para a construção da idéia iluminista, é evidente que certas homologias entre ela e a Ilustração são possíveis e até prováveis. Mas não há circularidade, no sentido de um vaivém pendular, vazio, incapaz de gerar um conhecimento novo, entre a Ilustração e o Iluminismo, porque a análise interna do discurso ilustrado revelou um conjunto de

princípios diretores que jamais poderiam ter sido deduzidos da idéia iluminista.

Para facilitar a exposição, chamemos de *civitas* o núcleo normativo constituído por esses princípios diretores e de *urbs* a cidade real que o urbanista projeta ou na qual ele intervém, em conformidade com a *civitas*. Temos assim uma construção em três patamares: no alto, a concepção do mundo, o Iluminismo enquanto idéia; embaixo, a *urbs*; e mediatizando entre as duas a *civitas*, que, obtida a partir da Ilustração, traduz em normas formais de ação urbanística os valores do Iluminismo enquanto idéia.

A concepção do mundo é um conjunto de idéias e valores, de crenças e normas de ação. Quando uma reflexão urbanística vai se abastecer diretamente na concepção do mundo, é com essas idéias e valores que se estabelece o vínculo de correspondência. Por exemplo, o urbanista traduzirá a dimensão igualitária de uma concepção do mundo socialista num plano urbano ortogonal, e sua dimensão comunitarista no planejamento de habitações coletivas.

No caso do Iluminismo, o vínculo não se estabelece diretamente com a concepção do mundo, e sim com os princípios diretores contidos na *civitas*. Em consequência, o vínculo não é semântico, correlacionando significações intelectuais com significações urbanas, e sim "gramatical", definindo as regras que precisam ser observadas para que um projeto possa ser considerado iluminista. Respeitadas essas regras - os preceitos contidos na *civitas* - os conteúdos podem ser múltiplos e variados. Pois em vez de legislar a partir de uma ideologia, a *civitas* demarca um espaço de liberdade.

Dentro desse espaço, os urbanistas são soberanos. Podem ser modernos ou pós-modernos, funcionalistas ou historicistas, construir cidades em forma de tabuleiro, como Nova York, ou de leque, como Karlsruhe. Podem realizar cidades da Renascença, em forma de caracol, como Giorgio Marini, ou de espiral, como Filatere. Podem usar os materiais que bem entenderem, barro, vidro, alumínio.

Mas não podem ignorar a *civitas*, pois é a observância das normas imanentes às diversas polaridades que define a cidade iluminista.

É o que acontece com a primeira polaridade, a abertura e a clausura. A cidade



ARCO DE
CONSTANTINO, LADO
NORTE, ROMA; NO
DESTAQUE, O
REVERSO DE UM
SESTÉRCIO DE
ADRIANO, COM
TEMPLA
POSSIVELMENTE
DEDICADO A VÊNUS
E ROMA



iluminista será socialmente aberta, porosa ao exterior, hospitaleira ao Outro, capaz de absorver a diferença; mas insiste numa fronteira, a que existe entre a vida urbana e a natureza. Essa fronteira é importante para impedir que o mundo urbano avance de um modo ecologicamente predatório além dos seus limites. E é importante para impedir o movimento oposto, a dissolução da cidade em nome de uma nova religião da natureza. Ela não quer "urbanizar" a natureza, expandindo-se em detrimento do meio ambiente, mas não quer se deixar, também, colonizar pela Mata Atlântica. O Iluminismo

acredita na força civilizadora e libertadora da vida urbana, com suas ofertas culturais, seu movimento, seu tumulto, sua variedade, e não crê que a solução para os problemas de trânsito e da pauperização seja a criação de cidades-jardins, em que a rua da Alfândega se converta num córrego, debaixo de salgueiros pensativos, e em que a Rocinha, transformada num parque inglês, tenha como habitantes bicheiros reciclados, ganhando a vida com o cultivo das rosas. Ele resiste, portanto, aos projetos motivados por uma ideologia anti-urbana, que a pretexto de sanar os males da cidade querem na verdade sabotá-la, quer venham de doutrinários da direita, que detestam o lado subversivo da cidade, quer venham de arquitetos que têm aversão por seu lado irracional, como Le Corbusier, que confessava odiar a rua e que com seu plano Voisin queria destruir um bairro inteiro de Paris. Tanto a abertura como a clausura são essenciais, se quisermos firmar com a natureza um novo contrato, no sentido de Michel Serres: abertura para buscar a reconciliação e clausura para impedir que ela se frustrate, pela dissolução dos limites, transformando-se em fusão, que

anularia dezenas de milhares de anos de história humana.

No eixo da segunda polaridade, a cidade iluminista será atenta ao interesse coletivo, em todas as funções identificadas pela Carta de Atenas - morar, trabalhar, divertir-se, circular -, intolerante com a miséria, com a exploração social, com a violência, com a poluição, e prevendo um espaço público que permita a todos os habitantes participar de políticas tendentes a eliminar essas patologias da cidade grande; ao mesmo tempo, será capaz de proteger a individualidade, de evitar a absorção do indivíduo em guetos de miséria ou em oásis de aconchego comunitário, de criar e preservar áreas de privacidade, de edificar santuários contra as usurpações do coletivo.

Quanto à terceira polaridade, a cidade iluminista será funcional, não no sentido de ser útil aos interesses sistêmicos da burocracia e da economia, mas no sentido de estar a serviço das necessidades qualitativas do homem; e será bela, porque a beleza está entre essas necessidades qualitativas. Serão contra-iluministas a cidade utilitária, que subordine a beleza à eficácia, e a cidade esteticista, que dissocie a arquitetura do seu uso e dote a criação urbana de uma aura contrária à sua natureza. A cidade iluminista, ao contrário, saberá equilibrar a *voluptas* e a *commoditas*.

Finalmente, no que diz respeito à quarta polaridade, a cidade iluminista permitirá o advento do novo, de novas formas, de novas estruturas, com novos materiais, novos estilos, porque sem a renovação a cidade se museifica ou se transforma num mausoléu; mas saberá defender-se contra todas as tentativas de liquidação da história, de destruição cega de bairros e edifícios, porque eles são testemunhas do tempo e pontes entre as gerações. A agressão contra a memória da cidade é sempre um ato de barbárie, pouco importando se essa amnésia coletiva é induzida pela barbárie dos especuladores imobiliários ou pela barbárie de certos arquitetos, que usam o fetichismo do novo para transformar o passado em terra arrasada.

Uma *civitas*, assim concebida, é suficientemente genérica para orientar a construção das *urbes* mais diversas e suficientemente durável para resistir a muitas metamorfoses, como as induzidas por novos

materiais e novas tecnologias. No futuro próximo, podemos imaginar que muitas atividades urbanas clássicas sejam revolucionadas: a circulação, pelo desenvolvimento de novas formas de transporte; o trabalho, pela possibilidade de efetuar em domicílio, por meios eletrônicos, as tarefas mais variadas; o lazer, pelo aperfeiçoamento da televisão interativa. Podemos prever o desaparecimento de muitos edifícios típicos da cidade, como os bancos, pelo uso de serviços a distância, e as bibliotecas e salas de concerto, pelo uso de equipamento multimídia. Mas a menos que a humanidade mergulhe numa nova noite de mil anos, o que não está excluído, não podemos imaginar a obsolescência, iminente dos preceitos contidos na *civitas* iluminista, tão aplicáveis à inquietante *urbs* telemática do nosso exemplo quanto ao Rio de Janeiro de hoje.

Eis a cidade iluminista. A *urbs* iluminista, qualquer que seja a forma que ela assuma, tem que acolher e sintetizar os ideais de sua *civitas*.

Entre estes, os ligados à clausura e à abertura têm um significado simbólico particular, porque resultam do próprio gesto de fundar a cidade, traçando um sulco que separa o interior do exterior.

A cidade iluminista deve ter a audácia de transgredir os limites, para não sucumbir à *acedia*, a sombria indolência da alma, tão condenada pelos teólogos medievais, e a sabedoria de limitar-se, evitando a *hubris*, o pecado de orgulho, o mais grave aos olhos dos deuses. Por isso precisamos de Rômulo, o criador de Roma, que produziu um recinto dentro do qual os cidadãos se sentissem em segurança, e de Remo, palhaço e dançarino, que saltou sobre esse recinto, desafiando a clausura e abrindo a cidade para o mundo. Precisamos de Abel, o pastor de ovelhas, o nômade, e de Caim, o lavrador fixado à gleba, que fiel à sua vocação sedentária fundou a primeira cidade, conforme diz o *Gênesis*: *aedificavit civitatem*.

Mas Caim e Rômulo foram assassinos. O crime não pode ser o preço da vida urbana, como o homicídio edipiano é a condição do acesso à ordem da cultura. O urbanista iluminista é inocente: não é nem fratricida, porque sua ética é a da solidariedade, nem matricida, porque sua missão não é destruir a Terra e sim reconciliá-la com a civilização urbana.